

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - NOÇÕES GERAIS DE DIREITO	19
1. ETIMOLOGIA DA PALAVRA DIREITO	20
2. O CONCEITO DE DIREITO	22
2.1. Introdução.....	22
2.2. O Conceito analógico de direito	22
2.2.1. Direito como Analogia Intrínseca.....	24
2.2.2. Direito como Analogia Extrínseca	24
2.3. Acepções da palavra “Direito”	25
2.3.1. Direito como justo	25
2.3.2. Direito como <i>norma agendi</i>	26
2.3.3. Direito como <i>facultas agendi</i>	26
2.3.4. Direito como sanção	27
2.4. Conclusão	29
3. A ESTRUTURA DO DIREITO	30
3.1. Os Sujeitos de Direito.....	30
3.1.1. Pessoas.....	30
3.1.2. Entes despersonalizados.....	32
3.2. Personalidade e Capacidade	34
3.3. Causalidade e Imputação	36
3.4. Direitos Subjetivos	40
3.5. Objeto do Direito.....	42
3.6. Relação Jurídica	44
3.7. Fatos e Atos Jurídicos.....	44
4. CAUSAS ESSENCIAIS DO DIREITO	46
4.1. Causa eficiente	46
4.1.1. Direito natural.....	47

4.1.2. Direito positivo	48
4.2. Causa final	49
4.2.1. Direito e Moral.....	49
4.3. Causa formal.....	52
4.4. Causa material	52
5. O ORDENAMENTO JURÍDICO	53
5.1. Institutos jurídicos	53
5.2. Instituições	56
6. OS RAMOS DO DIREITO	57
6.1. Divisão Geral Do Direito Positivo	57
6.2. Dicotomia Direito Público <i>versus</i> Direito Privado.....	58
7. RAMOS DO DIREITO PÚBLICO	60
7.1. Direito Público Interno	61
7.1.1. Direito Constitucional.....	61
7.1.2. Direito Administrativo	61
7.1.3. Direito Processual	62
7.1.4. Direito Tributário	62
7.1.5. Direito Penal ou Criminal.....	63
7.1.6. Direito Militar.....	64
7.1.7. Direito Eleitoral.....	64
7.1.8. Direito Financeiro ou Fazendário	64
7.2. Direito Público Externo: Direito Internacional Público	64
8. RAMOS DO DIREITO DIFUSO	65
8.1. Direito Difuso Interno	65
8.1.1. Direito do Trabalho	66
8.1.2. Direito Econômico	66

8.1.3. Direito da Seguridade Social	67
8.1.4. Direito do Consumidor.....	68
8.1.5. Direito Ambiental.....	68
8.2. Direito Difuso Externo: o Direito Internacional Privado	69
9. RAMOS DO DIREITO PRIVADO.....	70
9.1. Direito Civil	70
9.1.1. Fontes do Direito Civil	71
9.1.1.1. Direito Romano.....	71
9.1.1.2. Código de Napoleão (1804)	72
9.1.1.3. Código Alemão (1896)	72
9.1.1.4. Ordenações	72
9.1.1.5. Esboço de Teixeira de Freitas	73
9.1.1.6. Direito anglo-saxão	73
9.1.2. Divisão do Código Civil	74
9.1.3. Panorama Histórico do Código Civil	75
9.2. Direito Empresarial.....	76
9.3. Distinção entre Direito Civil e Direito Comercial.....	77
9.4. Unificação do Direito Privado	77
CAPÍTULO 2 - FONTES DO DIREITO	81
1. SISTEMA JURÍDICO	82
2. A LACUNA NO SISTEMA JURÍDICO	83
2.1. Conceito.....	83
2.2. Espécies de Lacuna.....	85
2.2.1. Quanto à norma	85
2.2.2. Quanto à vontade do legislador.....	86
2.2.3. Quanto à amplitude	86

2.2.4. Quanto ao sistema de normas.....	87
2.2.5. Quanto ao campo de abrangência	88
3. FONTES DO DIREITO.....	91
3.1. Conceito.....	91
3.2. Classificação das fontes do direito.....	92
3.2.1. Quanto à natureza.....	92
3.2.2. Quanto ao órgão produtor.....	93
3.2.3. Quanto ao grau de importância.....	93
4. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 4º DA LINDB.....	94
5. A LEI.....	95
5.1. Conceito de Lei.....	95
5.2. Características da Lei.....	97
5.3. Classificação das Leis.....	98
5.3.1. Quanto à hierarquia.....	99
5.3.1.1. Normas constitucionais.....	99
5.3.1.2. Leis complementares.....	102
5.3.1.3. Normas ordinárias.....	102
5.3.1.4. Leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.....	103
5.3.1.5. Decretos regulamentares.....	106
5.3.1.6. Normas regulamentares em geral.....	106
5.3.2. Quanto à amplitude.....	107
5.3.3. Quanto à permanência (duração).....	108
5.3.4. Quanto à extensão territorial.....	108
5.3.5. Quanto à força obrigatória (imperatividade).....	109
5.3.6. Quanto à natureza.....	111
5.3.7. Quanto à forma técnica.....	112

5.3.8. Quanto à sanção.....	113
5.4. A Importância da Classificação para a Solução de Conflitos de Leis.....	115
5.5. Tratados internacionais.....	115
5.5.1. Conceito	115
5.5.2. Classificação dos Tratados.....	116
5.5.3. Espécies de Tratados.....	116
5.5.4. Requisitos dos Tratados	118
5.5.4.1. Requisitos Intrínsecos	118
5.5.4.2. Requisitos Extrínsecos	118
5.5.5. Conclusão e Entrada em Vigor do Tratado	121
5.5.6. Extinção dos Tratados.....	121
5.5.7. Integração da Norma Internacional no Direito Interno ...	122
6. OS COSTUMES.....	124
6.1. Conceito.....	124
6.2. Requisitos do Costume	125
6.3. Fundamento do Costume.....	126
6.4. Classificação dos Costumes	127
6.4.1. Quanto à origem	127
6.4.2. Quanto ao alcance.....	128
6.5. Efeitos dos Costumes.....	129
7. DOUTRINA	129
7.1. Conceito.....	129
7.2. Natureza Jurídica	130
7.3. Distinção entre doutrina e ciência jurídica	131
7.4. Requisitos da Doutrina	131
8. JURISPRUDÊNCIA	131

8.1. Conceito	131
8.2. Natureza Jurídica.....	132
8.3. Requisitos da Jurisprudência.....	133
8.4. Súmula	133
9. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	135
9.1. Conceito.....	135
9.2. Funções	136
9.3. Natureza Jurídica.....	137
9.4. Classificação	137
9.5. Cláusulas Gerais e Conceitos Jurídicos Indeterminados.....	138
9.6. Brocardos jurídicos.....	140
CAPÍTULO 3 - EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO	143
1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	144
1.1. Princípio da Obrigatoriedade	144
1.2. Princípio da Continuidade	145
2. PROCESSO LEGISLATIVO.....	146
2.1. Introdução.....	146
2.2. Classificação	147
2.3. Fases do Processo Legislativo	147
2.3.1. Fase introdutória	147
2.3.2. Fase constitutiva.....	149
2.3.2.1. Deliberação parlamentar.....	149
2.3.2.2. Deliberação executiva	150
2.3.3. Fase Complementar	150
2.3.3.1. Promulgação	150
2.3.3.2. Publicação	151

3. PLANOS DA NORMA JURÍDICA	151
3.1. Plano da Existência.....	151
3.2. Plano da Validade	152
3.3. Plano da Eficácia	152
3.4. Efetividade da norma.....	153
3.5. Vigência e vigor	153
3.6. Defeitos da Norma	154
4. VACATIO LEGIS	156
4.1. Conceito.....	156
4.2. Sistemas.....	156
4.3. Objetivo	157
4.4. Efeitos	158
4.5. Espécies	159
4.6. Contagem	160
5. ERRATA E RETIFICAÇÃO DA LEI	161
5.1. Conceito.....	161
5.2. Classificação dos Erros.....	162
5.3. Fases de Retificação	162
6. REVOGAÇÃO	163
6.1. Conceito.....	163
6.2. Princípio da Continuidade	163
6.3. Classificação	165
6.3.1. Critério da extensão	165
6.3.2. Critério da forma	166
6.4. Não restauração da lei	166
7. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	167

7.1. Conceito	167
7.2. Formas de inconstitucionalidade	167
7.3. Momento do Controle	168
7.4. Eficácia	169
8. ANTINOMIAS	170
8.1. Conceito	170
8.2. Classificação das Antinomias	171
8.2.1. Quanto à solubilidade	171
8.2.2. Quanto ao âmbito de incidência	172
8.2.3. Quanto à natureza	172
8.3. Solução das Antinomias	173
8.3.1. Critério hierárquico	173
8.3.2. Critério cronológico	173
8.3.3. Critério da especialidade	174
8.4. Antinomia de Segundo Grau	175
9. DIREITO INTERTEMPORAL	176
9.1. Princípio Da Irretroatividade	177
9.1.1. Evolução	177
9.1.2. Teorias	178
9.1.2.1. Teoria clássica	178
9.1.2.2. Teoria das situações jurídicas	178
9.1.2.3. Teoria dos fatos consumados	179
9.1.3. Graus de retroatividade	179
9.1.4. Critérios para a Aplicação	180
9.2. Direito Adquirido	182
9.2.1. Requisitos	182
9.2.2. Termo, Condição e Encargo	183

9.2.3. Expectativa de Direito	185
9.2.4. Faculdade Jurídica	185
9.3. Ato Jurídico Perfeito.....	186
9.4. Coisa Julgada	187
9.4.1. Conceito	187
9.4.2. Finalidade.....	187
9.4.3. Natureza Jurídica	188
9.4.4. Classificação.....	188
9.4.4.1. Coisa julgada formal	189
9.4.4.2. Coisa julgada material	190
9.4.5. Limites da Coisa Julgada	191
CAPÍTULO 4 - EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO	193
1. INTRODUÇÃO HISTÓRICA.....	194
2. DIREITO INTERESPACIAL.....	195
2.1. Conceito.....	195
2.2. Extraterritorialidade.....	196
2.3. Estatuto Pessoal.....	196
2.3.1. Nacionalidade.....	196
2.3.2. Domicílio.....	197
3. COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 7º A 19 DA LINDB.....	199
3.1. Artigo 7º	199
3.2. Artigo 8º.....	205
3.3. Artigo 9º.....	206
3.4. Artigo 10	208
3.5. Artigo 11	211
3.6. Artigo 12	213

3.7. Artigo 13	215
3.8. Artigo 14	215
3.9. Artigo 15	216
3.10. Artigo 16	217
3.11. Artigo 17	218
3.12. Artigo 18	219
3.13. Artigo 19	221
CAPÍTULO 5 - HERMENÊUTICA JURÍDICA	223
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	224
1.1. Objetivos da Hermenêutica	225
1.2. Funções da Interpretação	225
1.3. O Processo Interpretativo	226
1.4. Dogmática e Zetética	228
2. MODELOS TEÓRICOS	229
2.1. Escola da Exegese	229
2.2. Escola da Livre pesquisa	230
2.3. Escola Histórico-Evolutiva	231
2.4. Positivismo normativista	231
2.4.1 A Teoria Pura do Direito	231
2.4.2 Sistema de Normas	232
2.4.3 Norma e Proposição	232
2.4.4 Norma e Interpretação	233
3. ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO	234
3.1. Quanto ao agente	234
3.1.1 Interpretação Pública Legislativa	234
3.1.2 Interpretação Pública Judicial	235

3.1.3	Interpretação Pública Administrativa	235
3.1.4	Interpretação Pública Consuetudinária	236
3.1.5	Interpretação Privada (doutrinária)	236
3.2.	Quanto à técnica	236
3.2.1	Técnica gramatical	237
3.2.2	Técnica lógica	238
3.2.3	Técnica histórica	239
3.2.4	Técnica teleológica (sociológica)	240
3.3.	Quanto aos efeitos	241
3.3.1	Interpretação extensiva	241
3.3.2	Interpretação declarativa	242
3.3.3	Interpretação restritiva	242
3.3.4	Interpretação modificativa	242
3.3.5	Interpretação ab-rogante	242
3.4.	Quanto ao método	243
3.4.1	Teoria subjetiva	244
3.4.2	Teoria objetiva	244
4.	MÉTODOS DE INTEGRAÇÃO	245
4.1.	Analogia	245
4.1.1	Conceito	245
4.1.2	Fundamento	246
4.1.3	Pressupostos	246
4.1.4	Espécies	246
4.2.	Equidade	246
4.2.1	Conceito	246
4.2.2	Classificação	247

ADENDO.....	249
1. COMENTÁRIOS AOS ARTS. 20 A 30 DA LINDB.....	250
1.1. Artigo 21	250
1.2. Artigo 21	251
1.3. Artigo 22	252
1.4. Artigo 23	253
1.5. Artigo 24	254
1.6. Artigo 25	254
1.7. Artigo 26	255
1.8. Artigo 27	255
1.9. Artigo 28	256
1.10. Artigo 29	256
1.11. Artigo 30	256
2. COMENTÁRIOS À LC 95/1998	256
2.1. Numeração de Leis	257
2.2. Estrutura da Lei	258
2.3. Articulação das Leis	260
2.4. Alteração das Leis	262
2.5. Consolidação de Leis	263
BIBLIOGRAFIA	265